

Controle, Regulamentação e Censura na Imprensa Brasileira – A Verdade por Trás da Democracia

Vânia Tajra*

Marcelo Mendonça Teixeira†

Índice

Introdução	2
1 Metodologia de Investigação	4
2 O Surgimento da Imprensa no Brasil	4
3 A Regulamentação dos <i>Media</i>	6
Conclusão	9
Agradecimentos	11
Referências	11

Resumo

Nos dias de hoje vivenciamos a necessidade de vencer um novo paradigma baseado em mudanças no contexto e na natureza das mídias de massa, oriundo das transformações da tecnologia midiática e de aspectos políticos e sociais que vem sendo propagados em todo o mundo. É nesse sentido que vislumbramos a liberdade de mercado, baseada numa aceitação da ideologia neoliberal que determina as estruturas e as

*Doutoranda em Ciências da Comunicação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Portugal). vaniatajra65@gmail.com.

†Doutorando em Tecnologia Educativa no Instituto de Educação da Universidade do Minho (Portugal). marcelo.uminho.pt@gmail.com. Trabalho apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal e pelo Fundo Europeu.

condutas em todas as áreas da vida social e desaprova as tentativas de regulamentação e controle no que diz respeito a assuntos de interesse público. Numa perspectiva de revisão de literatura, discutimos, neste trabalho, o processo evolutivo da imprensa internacional e brasileira, levando em consideração as ambições de controle e regulamentação do Estado em detrimento a liberdade de expressão. O estudo realizado é de cariz empírico-descritivo e foi desenvolvido no primeiro semestre de 2012.

Palavras-chave: Imprensa, *Media*, Controle, Regulamentação, Liberdade de Expressão.

Introdução

HÁ milênios que a humanidade exprime suas ideias através dos jornais. A “Acta Diurna”, “Acta Popidi” ou “Acta Publica” (Diário de Registros Públicos), foi o primeiro jornal até então conhecido do mundo produzido por ordem do imperador romano Júlio César em 59 a.C., com o intuito de informar a população sobre os principais acontecimentos de seu governo e da república. Séculos mais tarde, em 713 d.C., após a invenção da prensa pelos chineses, surge o primeiro jornal escrito a mão – o “Kaiyuan Za Bao”, no período da dinastia Han. Em seguida, vieram as técnicas de impressão em bloco de madeira (uma das escrituras budistas mais antigas conhecidas pela humanidade é uma xilogravura chinesa – o Sutra Diamante, em 868 d.C.), e as técnicas de impressão em argila de Bi Sheng.

Com base nesses eventos, Johannes Gutenberg inventa a prensa tipográfica ou prensa de impressão, em 1440, inaugurando um novo período na história dos jornais com palavras impressas. Por volta de 1450, o entusiasta Gutenberg faz um empréstimo com Johann Fust, que em contrapartida exigia um percentual nos lucros da empresa. Assim é criada a Fábrica de Livros (Das Werk der Buchei), possibilitando a impressão da Bíblia (também conhecida como Bíblia de Gutenberg ou Bíblia de 42 linhas), em 1455¹. Para Tosseri (2010), Gutenberg não inventou, mas sim

¹O “incunábulo de Gutenberg”, é como ficaram conhecidos os primeiros livros impressos através tipos móveis de prensas mecânicas para a impressão de textos, não escritos à mão (Martins, 1957). A partir de 1455, outras importantes obras surgiram na Europa, como o Hypnerotomachia Poliphili, em 1499, um dos livros impressos

reinventou a imprensa no século XV. A técnica de imprimir com caracteres móveis é, na verdade, asiática, e muito mais antiga, como afirmam inúmeros especialistas. Tudo começou com a criação do papel, obra dos chineses no ano 105 da era cristã. O novo material abriu caminho para uma produção, ainda artesanal, de um maior número de livros, que se tornaram práticos para manusear e muito mais baratos, afirma o investigador. Em 1500, estima-se que milhões de livros eram impressos em diferentes partes do mundo a partir da máquina de Gutenberg (Teixeira, 2012).

A primeira revista foi produzida de 1663 a 1668, em Hamburgo (Alemanha) – “*Erbauliche Monats-Unterredungen*” (Edificantes Discussões Mensais), pelo teólogo e poeta Johann Rist. Inicialmente, a publicação era voltada a questões de interesse específico (teológico, filosófico) e por isso não atraía atenção do grande público. Outras vieram em seguida, como a “*Le Mercure*” (França – 1672) e a “*The Athenian Gazette*” (Inglaterra – 1690)².

Também na Inglaterra surge o primeiro jornal diário do mundo – o *Daily Courant* (Diário da Corte), em 1702, com uma página frontal e duas colunas, de natureza sócio-política. Apenas em 1840 o papel passou a ser produzido de resina das árvores, reduzindo o problema da escassez de material para a sua produção, fundamental para o início da produção de textos e da comunicação impressa (Melo, 2005). Naquele tempo, o público passou a ter mais acesso às informações sem tantas manipulações do Estado e da Igreja com a fundação de jornais populares de grande circulação, como a *Reuters* (1851); *The Daily Telegraph* (1855); *Diário de Notícias da Madeira* (1876); *Financial Times* (1888); *The Daily Mirror* (1903), e muitos outros.

A imprensa do século XX foi marcada pelo desenvolvimento das máquinas de impressão gráfica e qualidade das imagens (fotografias), principalmente, nos períodos entre guerras (1914 a 1918 e de 1939 a 1945). Na revolução digital das décadas de 80 e 90, o computador e a

no Renascimento mais enigmáticos de que se tem notícia. O título, numa tradução aproximada do grego, significa “A luta amorosa de Poliphilo em um sonho”. O *Hyperotomachia* é considerado um dos incunábulo mais belos já produzidos, juntamente com a Bíblia de Gutenberg. Recuperado em 4 de Fevereiro, 2011, de [Sdi](#).

²Recuperado em 05 de Maio, 2012, de [Britannica](#). Em 1693, a inglesa “*Ladies Mercury*” tornou-se a primeira revista dedicada público feminino.

Internet tornaram-se os principais aliados do jornal impresso, trazendo dinamismo às notícias veiculadas (constante atualização das informações); redução de custos operacionais; alcance global; e participação mais ativa do público consumidor, vindo a culminar na versão online (Jornal Online ou e-Newsletter), nos primeiros anos do ano 2000 (Teixeira, 2012b).

1 Metodologia de Investigação

Discutimos, neste trabalho, o processo evolutivo da imprensa internacional e brasileira, levando em consideração as ambições de controle e regulamentação do Estado em detrimento a liberdade de expressão. Numa perspectiva de revisão de literatura, o estudo realizado é de cariz empírico-descritivo e foi desenvolvido no primeiro semestre de 2012.

2 O Surgimento da Imprensa no Brasil

A imprensa chega ao Brasil no século XIX com uma roupagem política sob domínio da corte portuguesa. Nesse primeiro momento, em 1808, os jornais eram de propriedade de políticos que os usavam para fazer propaganda de suas ideologias. *O Correio Braziliense*, um mensário lançado em Londres pelo exilado Hipólito José da Costa, foi o primeiro registro oficial da imprensa no país. Três meses depois, foi lançado, no Rio de Janeiro, então sede da monarquia portuguesa, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro veículo impresso totalmente no Brasil. Calado (2002) conta que *A Gazeta do Rio de Janeiro*, fundada em 10 de setembro de 1808, publicava documentos oficiais e notícias de interesse da Corte com uma linguagem bem semelhante à dos atuais diários oficiais. Os jornalistas que surgiram nesta época de efervescentes ideias acabaram por usar uma linguagem de oradores de comícios e eram tidos como “agitadores” dentro da sociedade. São deste período “Cipriano Barata” e “Frei Caneca”, personalidades que introduziram no país o estilo jornalístico-panfletário, que assim predominou na imprensa nacional na primeira metade do século XIX.

No decorrer dos anos, os políticos brasileiros observaram que o jornal seria um recurso viável para manipular as massas, assim como era usado para confrontar adversários. A linguagem desta época remete a

uma lembrança de violência. O destaque vai para o *Jornal do Commercio de Pernambuco*, fundado em 1827 pelo jornalista francês Pierre Plancher. Sem emitir qualquer opinião, o *Jornal do Commercio* fornecia informações aos comerciantes e seguia o modelo europeu dos séculos XVII e XVIII. A partir de 1840, os jornais abandonaram o embate político e passaram a adotar uma linguagem mais literária. Era o início da revolução industrial, que trazia consigo o incremento de máquinas de grande porte movidas a vapor e maiores tiragens para os jornais impressos. São lembrados neste período nomes como José de Alencar, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa de Oliveira e o Barão do Rio Branco.

Em 1877, o *Jornal do Commercio* publica os primeiros telegramas com notícias enviadas de Londres pela agência Havas-Reuters. Com a inovação das notícias internacionais, a linguagem jornalística começa a se distanciar da literatura e surge o artigo editorial que apontava para uma relação entre informação e opinião. O jornalista, jurista e diplomata Ruy Barbosa (membro fundador da Academia Brasileira de Letras) se destacava nesse sentido, na promoção dos direitos e garantias individuais dos cidadãos e na defesa da imprensa livre de manipulações. Essa predominância “informativa e libertária” caracteriza o período até o início do século XX, quando surge a reportagem. Somente após a II Guerra Mundial (1939-1945) é que o jornalismo brasileiro começa a ouvir falar das técnicas de redação.

Os cursos de Comunicação Social no Brasil começaram a ser oferecidos nas Universidades a partir de 1947. Antes desse processo, todo o aprendizado jornalístico (teoria e prática) era feito nas redações de jornais. Os tidos como “jornalistas” eram pessoas que gostavam de ler, tinham o dom da escrita, mas nenhuma técnica profissional. Mário Erbolato (2008), diz que o aspirante a qualquer cargo jornalístico ingressava na revisão e, se revelasse pendores, passava a colaborar nos setores da redação, de polícia, de desporto, entre outros. Norte-americanos, franceses e ingleses defendiam essa iniciativa, pois para eles o jornalismo deveria ser aprendido não nos bancos dos colégios, mas sim nas redações. Amaral (2001, p.42), comenta: “esqueciam-se os defensores dessa ideia que o conhecimento verdadeiro do Direito, da Engenharia, da Medicina também se obtém nos tribunais, nas plantas de construções e nos hospitais, mas, nem por isso, ninguém em sã consciência defende

a tese de que o advogado, o engenheiro e o médico não necessitam de cursos superiores de especialização”.

Um dos maiores questionamentos dentro do novo momento jornalístico brasileiro passou a ser a discussão sobre a “objetividade”. “Nada mais natural que, em um determinado momento histórico, a noção de objetividade viesse a interessar à imprensa, cuja função é informar o que se passa na comunidade, no país e no mundo. Mas essa incorporação não começou do dia para a noite. Começou a partir de meados do século XX com a lenta e persistente adoção e discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes determinantes da ética profissional de captação e transmissão de notícias” (Amaral, 1996, p. 25).

Já no século XXI, começa uma insatisfação das pessoas com os meios de comunicação tradicionais: o acesso rápido, ágil e flexível às informações; a vontade manifestada pelo público em participar na realização de conteúdos dos próprios meios; e a independência do espaço e do tempo, são alguns pontos levantados por Rodrigues (2009) que nos levaram a refletir sobre uma atualidade de expansão dos jornais online que ora vivenciamos, contribuindo para o aparecimento de alternativas ao monopólio midiático dos grandes veículos. Certamente, não podemos prever o futuro da imprensa, seja ele a extinção do formato em papel e migração permanente para o formato online ou a convivência entre ambos os formatos em regime de complementaridade. Atualmente, as campanhas contra a destruição das florestas e os movimentos de computação verde vêm se intensificando a cada ano, e que inevitavelmente irão influenciar na produção dos jornais impressos a longo prazo, especialmente, com a popularização e massificação dos tablets e e-books (Teixeira, 2012).

3 A Regulamentação dos *Media*³

A mídia de massa tradicional composta pelo jornal impresso, pelo rádio e pela televisão vem sofrendo profundas transformações em função

³“A censura é um assunto delicado no Brasil, especialmente após o período da ditadura militar. A simples veiculação da palavra censura é capaz de causar mal-estar, pavor e repugnância nas pessoas. A imprensa brasileira, naquele tempo, foi uma das principais vítimas da censura dos militares” (Guimarães, Reis & Cerasoli, 2012, p.10).

das novas tecnologias de informação e comunicação. Essas mudanças, em geral, são visíveis na produção, distribuição e manipulação dos conteúdos, síntese do que chamamos de “Sociedade da Informação”. De acordo com Mcquail (2012, p.12): “Isso se refere a uma forma de sociedade em que há uma grande e crescente dependência de informações e de comunicação por parte dos indivíduos e das instituições para que possam funcionar eficientemente em quase todas as esferas de atividades”.

Mas essa realidade nem sempre foi assim. Na era medieval, a comunicação livre em público era limitada, restrita e supervisionada pelo poder da igreja, do Estado, da classe dominante e da comunidade local. A comunicação dita como “pública” vinha na contramão de ações estabelecidas pela Igreja, pelo Estado e, por consequência, era vista como empecilho para a manutenção da ordem pública. A existência de conflitos contínuos logo se colocou diante desses grupos, puxados por um lado, pelas autoridades estabelecidas e, pelo outro, pelos indivíduos ou grupos interessados na liberdade de expressão e ação.

Como consequência desse processo foi gerado um conjunto de princípios e práticas relacionadas à comunicação que passaram a ser questionadas: Direitos individuais de publicação; os direitos das comunidades que se autogovernam de controlar as comunicações de seus membros; o licenciamento dos tipógrafos e suas responsabilidades pelas ideias e opiniões que publicam; a comerciabilidade de trabalhos; a questão da censura ou outras formas de controle. É nesse sentido que a noção de objetividade no campo jornalístico passa então a ser identificada como uma mistura de estilo direto, imparcialidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia. Reforça Amaral (1996, p.26): “Em sua tarefa diária, o jornalista precisaria deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-los do pensamento e se concentrar na narração dos fatos, sem tentar explicá-los ou comentá-los”.

A regulamentação dos *media* no Brasil está baseada no Código Brasileiro de Telecomunicações, escrito em 1962. Recentemente, em 2002, no Governo Lula, o tema foi colocado em discussão, e ganhou maior repercussão quando o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, tentou aprovar um projeto de regulamentação dos meios de comunicação. A proposta não foi bem recebida pelos maiores veículos do país

que retrucaram à ação alegando tentativa de censura e de controle de conteúdo jornalístico por parte do governo. A criação de um marco regulatório para a mídia foi um dos pontos mais polêmicos do governo Lula. Seu objetivo era garantir o acesso à informação de qualidade, promover a diversidade e a pluralidade de conhecimentos e opiniões e, principalmente, evitar a concentração do setor de mídia. Esses pontos entretanto foram entendidos pelos empresários, controladores da mídia no país, como uma forma de censura, contrariando os princípios democráticos estabelecidos na Constituição de 1988.

Curiosamente a grande imprensa brasileira, que detém o controle sobre a mídia é a mesma que se coloca contra a edificação de um novo momento de construção no processo da comunicação dentro do Brasil. Ao se posicionar contrária à regulamentação, a grande imprensa se coloca em uma espécie de território livre de regras e normas, agindo em favor dos próprios interesses.

No Brasil, o debate em torno da criação de conselhos de imprensa vem encontrando diversos obstáculos. Grande parte desses obstáculos deve-se à insistência da mídia brasileira em vincular o termo “regulação” à “censura” e “cerceamento da liberdade de imprensa”. Democracia, liberdade de imprensa, concessões de emissoras de rádio e televisão a parlamentares, propriedade cruzada dos meios, oligopólios, interesses políticos, ética jornalística, responsabilidade social dos meios de comunicação: várias são as questões envolvidas nesse debate firmado em prol da Democracia. Como diz Bertrand (2002, p.143): “numa democracia, a imprensa é simultaneamente uma indústria, um serviço público e o quarto poder político. Desta tríplice natureza decorre a maioria de seus problemas, pois ela acarreta uma associação conflituosa entre quatro grupos: os cidadãos, os jornalistas, os proprietários dos materiais e os dirigentes da nação, eleitos ou nomeados”.

A regulamentação da mídia em diversos países do mundo culminou na criação de conselhos de imprensa que atuam como órgãos reguladores com o objetivo de assegurar o compromisso dos meios de comunicação com o público sem, no entanto, cercear sua liberdade. Ao se posicionar intransigentemente contrária à regulamentação, a grande imprensa se coloca em patamar privilegiado, em uma espécie de território livre de regras e normas, diferentemente do que ocorre com as demais atividades humanas. Agem, evidentemente, em favor dos próprios interesses, pois

não lhes convêm discutir uma disciplina sobre propriedade dos meios de comunicação, que é o tema central desta questão⁴. Curiosamente, a retórica deste parágrafo é de autoria de José Dirceu “Regulamentação de Mídia e Princípios Constitucionais”, o arquiteto corrupto do “mensalão brasileiro” e um dos que defendiam o controle da imprensa. Na prática, o que vemos são processos contra os veículos de imprensa e leis arbitrárias sendo impostas a sociedade através de falso moralismo.

Para Mattelart (2005), o caráter estruturante das novas tecnologias e a intelectualização geral do trabalho e do consumo contribui para trazer à tona o alinhamento dos produtores de conhecimento e de informação sobre as dinâmicas dominantes. “Apenas a utopia do saber compartilhado na produção como no consumo pode nos munir contra os projetos de sociedade da informação ligados a seus engodos reciclados das ideologias etnocêntricas da modernização sem fim” (ibidem, p. 22), encara o autor como um desafio global.

Conclusão

“O século XX será o século das revoluções”, previram Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels, e duas áreas do conhecimento concretizaram o pensamento dos teóricos, contribuindo decisivamente para a revolução comunicativa e educacional da humanidade – as telecomunicações e a informática (Teixeira, 2012b). Uma vez imersos na cultura de massas, cultura midiática, cultura da convergência, cultura da mobilidade e na cibercultura, os seres humanos precisam aprender a discernir e a criticar as informações repassadas pelos novos e antigos meios de comunicação, evitando assim a manipulação sociocultural do Estado, da igreja e da própria imprensa, que muitas vezes é condicionada a “interesses particulares” e não a um “Welfare State” (Estado de bem-estar social) (Teixeira, 2012b). Numa ótica mais abrangente, discutida por Macquail no livro “Media performance: Mass communication and the public interest”, o público é incentivado a ser mais consciente e seletista frente as empresas de comunicação relacionadas com a produção midiática em massa, pois, ao mesmo tempo que representam a liberdade de opinião, aliciam as massas em benefício próprio.

⁴Recuperado em 30 de Maio, 2012, de [Brasil](#).

O controle e a regulação da imprensa brasileira é um tema infundo e espinhoso, pois como diz Filho (2004), os direitos e garantias fundamentais – individuais - são acobertados pelo manto da imutabilidade, conforme prescreve o art. 60, § 4º, IV, CF/88, onde é vedada a deliberação de proposta de emenda constitucional que ofusquem esses direitos, quanto mais a criação, por lei, de autarquia especial para esse fim. É flagrantemente inconstitucional qualquer lei que vise tamanha desmedida, para não falar na violação do genuíno espírito democrático que norteia a Carta Política de 1988. Com efeito, nas palavras do autor, pior do que controlar a imprensa é dominar a Justiça, que tem como ofício confirmar e proteger todas as liberdades. Sem ela, aí sim, estará tudo perdido, porque não haverá resposta idônea acerca de qual é a legítima e sã conformidade do direito, principalmente porque não se garante direitos quando não se tem independência. Não haverá tribunal para se debater crises e afastar insatisfações resistidas, porque todos estarão vestindo, obrigatoriamente, a armadura da sujeição, conclui sua retórica a que fazemos jus.

Se o acesso à informação corresponde a uma efetiva necessidade humana e cidadã, e se esse acesso é reconhecido como tal na sociedade contemporânea, parece justo que ocorra controle da sociedade sobre as suas fontes e modos de circulação, afirma Ferreira (2009). O estudioso vai além, ao afirmar que mesmo na ideia de que os meios de comunicação sejam controlados pela lógica do consumo (defendida por quem coloca a lógica de mercado no controle sobre os meios de comunicação), esse controle não diz respeito aos cidadãos. A quase totalidade das pessoas que vivem em nossa sociedade não poderia ser considerada consumidora dos meios de comunicação (ibidem). Contudo, acreditamos que não há democracia sem a liberdade de imprensa. O “Quarto Poder” tanto manipula quanto informa e influencia direto e indiretamente na formação da opinião pública. Por isso, a procura por fontes distintas sob a mesma informação nos ajuda a formar ideias próprias acerca do que estamos consumindo e, conseqüentemente, do que vamos compartilhar com outras pessoas.

O Google reflete a proeminência de uma “era da informação”, na qual o desenvolvimento tecnológico é determinante para surgimento de novos modos de interação social (Guimarães, Reis & Cerasoli, 2012). É nesse sentido que a crescente preocupação com questões concernentes

ao ambiente virtual, tais quais a ideologia hacker, a censura na internet, o direito autoral e as fronteiras da liberdade de expressão, suscitam extensos debates e se configuram como elementos fundamentais para uma atual compreensão da sociedade em rede (ibidem). Por isso, é necessário lutarmos pela tão sonhada “liberdade de imprensa”, que o Estado brasileiro afirma existir, incentivando o debate sobre temas de interesse público, do “boca a boca” as redes sociais.

Agradecimentos



Referências

- Amaral, L. (2001). *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro.
- Amaral, L. (1996). *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzato Editores.
- Bertrand, J. (2002). *O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia*. Bauru: Edusc.
- Callado, A. (2008). “O texto em veículos impressos”, in: Caldas, A. (org) (2008). *Deu no Jornal: o jornalismo impresso na era da Internet*, p. 41-58. Rio de Janeiro: PUC.
- Dirceu, J. (2012). *Regulamentação de mídia e princípios constitucionais*. Recuperado em 30 de Maio, 2012, de [Brasil](#).

- Erbolato, M. (2008). *Técnicas de codificação em jornalismo*. São Paulo: Ática.
- Ferreira, M. (2009). *Controle social dos meios de comunicação*. Recuperado em 2 de Janeiro, 2012, de [Comunicacao](#).
- Filho, E. (2004). “Paradigma entre o controle da liberdade de imprensa e a minimização do Poder Judiciário”, in: *Revista Jus Navigandi*, recuperado em 20 de Maio, 2012, de [Jus](#).
- Guimarães, B.; Reis, M. & Cerasoli, F. (2012). *A contra-censura midiática: uma análise a partir do noticiário da “censura” ao Google*. em 10 de Janeiro, 2012, de [Intercom](#).
- Macquail, D. (2012). *Atuação da mídia: Comunicação de massa e interesse público*. Porto Alegre: Penso.
- Macquail, D. (1992). *Media performance: Mass communication and the public interest*. University of Amsterdam: Sage.
- Martins, W. (1957). *A palavra escrita*. São Paulo: Editora Anhembi.
- Mattelart, A. (2005). *Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação*. Recuperado em 5 de Fevereiro, 2012, de [Gepicc](#).
- Melo, P. (2005). “Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço”, in: *Revista Comunicação & Informação*, vol. 28, nº 1, Jan/Jun de 2005, p. 26-38.
- Rodrigues, A. (2009). *Sua excelência, o rádio*. São Paulo: Biblioteca 24x7.
- Teixeira, M. (2012a). *As faces da comunicação*. Munich: Grin Verlag.
- _____. (2012b). “Da comunicação humana a comunicação em rede – Uma pluralidade de convergências”, in: *Revista Temática*, ano VIII, nº1, p. 1-29.
- Tosseri, O. (2010). “Gutenberg não inventou a imprensa”, in: *Revista História Viva* (Online), edição 76, Fevereiro de 2010. Recuperado em 5 de Maio, 2012, de [Uol](#).